

IDEAU

**SABERES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO
E NA CULTURA LITERÁRIA (RE)PRODUZIDAS NA SALA DE
AULA: APRENDER A APRENDER NAS DIFERENÇAS**

**INDIGENOUS AND AFRO-BRAZILIAN KNOWLEDGE IN
EDUCATION AND LITERARY CULTURE (RE)PRODUCED IN THE
CLASSROOM: LEARNING TO LEARN IN DIFFERENCES**

**EL CONOCIMIENTO INDÍGENA Y AFROBRASILEÑO EN
EDUCACIÓN Y CULTURA LITERARIA (RE)PRODUCIDO EN EL
AULA: APRENDER A APRENDER EN LAS DIFERENCIAS**

José Flávio da Paz

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas (PPGECH – UFAM), Humaitá, Amazonas, Brasil. E-mail: jfpa97a@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Maria Isabel Alonso Alves

Doutora em Educação, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: profamariaisabel@ufam.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2960-1200>

Néstor Raúl González Gutiérrez

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia (PPGE – UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: gonzalez2n@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0116-5918>

RESUMO

Este artigo aborda a integração dos saberes indígenas e afro-brasileiros na educação e cultura literária nas salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa destaca a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade cultural e promova a interculturalidade, contribuindo para a formação de uma identidade plural e inclusiva. A implementação de práticas educativas que incorporam essas culturas visa não apenas o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, mas também a criação de um ambiente de aprendizagem que respeite e celebre as diferenças culturais. A metodologia utilizada inclui a análise bibliográfica de práticas docentes e materiais didáticos, bem como entrevistas com professores e alunos. A base teórica que a fundamenta perpassa por pensadores como Ailton Krenak (2019), Bell Hooks (1994), Kabengele Munanga (1988 e 1999) entre outros que estudam

Submitted on: 09.21.2024 | Accepted on: 09.23.2024 | Published on: 10.14.2024

as relações étnico-raciais, a educação antirracista e a interculturalidade na escola e demais espaços sociais e educativos. Os resultados indicam que a inclusão de conteúdos afro-brasileiros e indígenas nas aulas de literatura e outras unidades curriculares podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, fomentando o respeito mútuo e a compreensão intercultural. Além disso, a pesquisa sugere que a formação inicial e continuada de professores como algo essencial para a efetiva implementação dessas práticas. Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam conduzir o leitor a reconhecer que a valorização dos saberes indígenas e afro-brasileiros na educação básica é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Inclusão das Diferenças. Prática de Ensino. Interculturalidade. Formação Docente. Cultura Escolar.

ABSTRACT

This article addresses the integration of indigenous and Afro-Brazilian knowledge into literary education and culture in elementary school classrooms. The research highlights the importance of a pedagogical approach that values cultural diversity and promotes interculturality, contributing to the formation of a plural and inclusive identity. The implementation of educational practices that incorporate these cultures aims not only to comply with laws 10.639/2003 and 11.645/2008, but also to create a learning environment that respects and celebrates cultural differences. The methodology used includes bibliographic analysis of teaching practices and teaching materials, as well as interviews with teachers and students. The theoretical basis that underpins it is based on thinkers such as Ailton Krenak (2019), Bell Hooks (1994), Kabengele Munanga (1988 and 1999) among others who study ethnic-racial relations, anti-racist education and interculturality in schools and other social and educational spaces. The results indicate that the inclusion of Afro-Brazilian and indigenous content in literature classes and other curricular units can enrich the teaching-learning process, fostering mutual respect and intercultural understanding. Furthermore, the research suggests that initial and ongoing teacher training is essential for the effective implementation of these practices. It is believed that the results of this research can lead the reader to recognize that the appreciation of indigenous and Afro-Brazilian knowledge in basic education is fundamental for the construction of a more just and equitable society.

Keywords: Inclusion of Differences. Teaching Practice. Interculturality. Teacher Training. School Culture.

RESUMEN

Este artículo aborda la integración de saberes indígenas y afrobrasileños en la educación y la cultura literaria en las aulas de los primeros años de la escuela primaria. La investigación destaca la importancia de un enfoque pedagógico que valore la diversidad cultural y promueva la interculturalidad, contribuyendo a la formación de una identidad plural e inclusiva. La implementación de prácticas

educativas que incorporen estas culturas tiene como objetivo no sólo cumplir con las leyes 10.639/2003 y 11.645/2008, sino también crear un ambiente de aprendizaje que respete y celebre las diferencias culturales. La metodología utilizada incluye análisis bibliográfico de prácticas docentes y materiales didácticos, así como entrevistas a profesores y estudiantes. La base teórica que subyace recorre pensadores como Ailton Krenak (2019), Bell Hooks (1994), Kabengele Munanga (1988 y 1999) entre otros que estudian las relaciones étnico-raciales, la educación antirracista y la interculturalidad en la escuela y otros espacios. sociales y educativos. Los resultados indican que la inclusión de contenidos afrobrasileños e indígenas en las clases de literatura y otras unidades curriculares puede enriquecer el proceso de enseñanza-aprendizaje, fomentando el respeto mutuo y el entendimiento intercultural. Además, las investigaciones sugieren que la formación inicial y continua de los docentes es esencial para la implementación efectiva de estas prácticas. Se cree que los resultados de esta investigación pueden llevar al lector a reconocer que la valorización de los conocimientos indígenas y afrobrasileños en la educación básica es fundamental para la construcción de una sociedad más justa y equitativa.

Palabras clave: Inclusión de Diferencias. Práctica Docente. Interculturalidad. Formación Docente. Cultura Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate em torno da valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas na educação básica ganhou relevância, especialmente após a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Essas legislações reconhecem a importância de inserir a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares, visando combater o racismo e promover a diversidade cultural no ambiente educacional. No entanto, apesar dos avanços legais, o desafio permanece na aplicação prática desses saberes, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, etapa decisiva na e para a formação crítica e cidadã.

Este capítulo, longe de se encerrar o debate, se propõe a analisar as possibilidades de incluir esses saberes nas práticas pedagógicas, com ênfase na cultura literária (re)produzida em sala de aula, investigando o potencial da literatura para promover o "aprender a aprender", conceito que visa o

desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais autônomas por parte dos discentes.

Proporcionar aos educadores dos anos iniciais do ensino fundamental subsídios teóricos e práticos para a valorização e integração dos saberes indígenas e afro-brasileiros nas práticas pedagógicas, visando o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural, étnica e histórica no ambiente escolar, bem como, promover a leitura crítica e reflexiva da cultura literária e o desenvolvimento de habilidades que ampliem as possibilidades de aprender a aprender.

2 INTRODUÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO

A introdução aos temas sobre as questões indígenas e afro-brasileiros na sala de aula tem se tornado constante e se apresentado como altamente relevância, sobretudo no cenário atual do Brasil, onde a diversidade cultural e étnica é um elemento constitutivo da identidade nacional. O reconhecimento das contribuições das culturas indígenas e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira exige uma revisão crítica das práticas pedagógicas e curriculares, de modo a garantir a valorização desses saberes nos ambientes educacionais.

Nesse sentido, a promulgação da Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi um marco importante para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Posteriormente, a Lei 11.645/08 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir também a História e a Cultura indígena. Essa legislação reconhece a necessidade de combater o racismo e promover uma educação plural, que contemple a contribuição de diferentes povos na construção da nação brasileira.

Logo, a introdução dos saberes afro-brasileiros e indígenas nas escolas é um passo fundamental para promover o respeito à diversidade cultural e étnica no Brasil. Mais do que uma simples inserção de conteúdos, trata-se de uma mudança de paradigma, que desafia a hegemonia eurocêntrica presente nos

currículos e promove a desconstrução de preconceitos arraigados no imaginário social. É preciso, portanto, que a escola se posicione como um espaço de resistência, onde diferentes vozes e saberes possam coexistir e dialogar de maneira equânime, segundo a concepção do professor, historiador e pesquisador Zilfran Varela Fontenele, no seu artigo intitulado *A história e cultura afro brasileira e indígena na escola*, também tema-preocupação da sua dissertação de mestrado em Ensino de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

Seu posicionamento reflete a importância de uma abordagem que vá além da simples inclusão de conteúdos sobre a história e cultura desses grupos, mas que envolva uma verdadeira transformação nas metodologias de ensino e no próprio ambiente escolar.

Outrossim, consta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reconhecer a diversidade como um princípio estruturante da educação, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem os saberes tradicionais indígenas e afro-brasileiros. A BNCC estabelece que:

As diferentes identidades e culturas existentes no Brasil constituem um campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a inclusão, o respeito e a valorização das contribuições de povos indígenas e afro-brasileiros para a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a educação deve ser pautada pela pluralidade de saberes, integrando-os ao currículo de forma transversal e interdisciplinar. (Brasil, 2018, p. 33)

Dessa forma, o desafio é fazer com que as escolas, além de implementarem tais diretrizes, promovam um ambiente de debate e reflexão crítica sobre o papel histórico e contemporâneo dos povos indígenas e afrodescendentes. O foco deve ser não apenas no conhecimento factual, mas também na valorização de suas formas de saber, cosmovisões e tecnologias, que enfatize a importância de uma educação mais inclusiva e plural na e para a educação fornecida nas salas de aula da educação no Brasil, que valorize as diversas contribuições culturais e históricas dos povos indígenas e afro-brasileiros.

Essa valorização passa também pela formação inicial e continuada dos educadores, que devem estar preparados para lidar com a complexidade e riqueza desses saberes, sendo imprescindível que essa formação docente inclua uma abordagem crítica e aprofundada das culturas indígenas e afro-brasileiras, de modo que os professores não apenas transmitam informações, mas sejam mediadores de um processo educativo transformador, que possibilite a desconstrução de estereótipos e o fortalecimento de uma visão de mundo mais inclusiva e justa.

Igualmente, que os espaços escolares educativos reconheçam essa necessidade e se abram para discussões emergentes como as tratadas pelas diferentes perspectivas étnico-cultural. A exemplo das percepções apresentadas pela pesquisadora Maria Isabel Alonso Alves (2021), quando demonstrando esse território, para ilustrar as finalidades da escola nas comunidades indígenas, para muito além do simples ato de “repassar”, de modo mecanizado seus conhecimentos:

A escola, como um espaço institucionalizado, cultural, social e político, permite às professoras estabelecerem diferentes mecanismos pedagógicos de aprendizagem, pois articulam a casa de reza, a roça, as histórias e as experiências dos mais velhos, a produção de artesanatos, a preparação da macaloba, as festas tradicionais Arara e momentos de festa na Igreja Batista, como processos formativos interculturais. Em meio às práticas (inter)culturais vivenciadas nesses espaços, vão se produzindo identidades hibridizadas, negociadas, articuladas, representadas pelo conjunto de significados convencionalmente construídos. As narrativas mostram as memórias como um fio condutor que vivificam as experiências formativas em meio às práticas culturais estabelecidas.

Os lugares ocupados pelas professoras são narrados como espaços de relações (individuais e/ou coletivos) no interior das práticas culturais. Esses lugares são entendidos tanto no âmbito escolar quanto não escolar. (...). (Alves, 2021, p. 187)

Isso posto, reforça a nossa escolha temática e preocupações em enfatizarmos a necessidade da valorização da diversidade e da promoção da igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos étnico-raciais, destacando a necessidade de descolonizar o currículo e os métodos de ensino, valorizando as epistemologias e perspectivas dos povos afrodescendentes e

indígenas, além de darmos a devida importância de uma educação que promove a maturidade, a consciência crítica e a transformação social.

Portanto, a introdução dos saberes indígenas e afro-brasileiros na educação não deve ser vista como uma tarefa pontual, mas como um processo contínuo de construção e reconstrução de valores, conhecimentos e práticas educativas, visto acreditarmos que o caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva e plural passa pelo reconhecimento da importância desses saberes para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

3 A LEGISLAÇÃO E COMO DESENVOLVER BOAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, representa um marco na luta por uma educação que valorize a diversidade cultural e combata o racismo no Brasil. Essas legislações introduzem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas do país, públicas e privadas, estabelecendo diretrizes que visam transformar o currículo escolar e promover a igualdade racial no ambiente educacional.

Embora sejam diretrizes significativas, muitos educadores encontram dificuldades em aplicar esses conteúdos de forma orgânica e eficaz na sala de aula, dada a existência de uma grande lacuna entre o que a legislação propõe e o que de fato é implementado na escola e na sala de aula, seja por falta de formação inicial e continuada dos docentes ou pela ausência de materiais didáticos adequados, ou sejam direcionados para as práticas educativas mais incluídas.

Entretanto, ressalta-se que a Lei 10.639/03 foi promulgada com o objetivo de corrigir a invisibilidade histórica dos povos afro-brasileiros e africanos nos currículos escolares, garantindo que suas contribuições para a formação da sociedade brasileira fossem devidamente reconhecidas. Para tornar a aplicação prática desses saberes viável, é fundamental que o corpo docente adote uma postura crítica e criativa em relação ao currículo. Como observado pelo professor

universitário e pesquisador Kabengele Munanga (2005), a educação multicultural exige mais do que a transmissão de conteúdos; trata-se de promover uma educação que valorize as múltiplas identidades e experiências dos estudantes.

Nesse sentido, integrar essa pluralidade de saberes ao currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar podendo enriquecer o processo educativo, promovendo o respeito e a valorização das diferentes identidades culturais. Isso não só contribui para uma sociedade mais inclusiva, como antes dito, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

Logo para integrar a pluralidade de saberes no currículo de forma transversal e interdisciplinar precisamos repensar, implantar e implementar projetos que envolvam várias disciplinas, como história, geografia, artes e literatura, para explorar as contribuições culturais e históricas dos povos indígenas e afro-brasileiros. Por exemplo, um projeto sobre a influência africana na música brasileira pode envolver aulas de história, música e artes visuais.

Igualmente interessante é conhecer, reconhecer e estabeleça parcerias com comunidades indígenas e afro-brasileiras locais, aquelas próximas da escola que, certamente existem e, por serem inviabilizadas, nunca as percebemos no entorno escolar, mas elas estão lá para que os alunos possam aprender diretamente com os membros dessas comunidades. Isso pode incluir inúmeras ações educativas como visitas *in loco*, convites para palestras e oficinas.

Além do exposto, o docente pode se valer de vários outros recursos educacionais, como livros, filmes, músicas e artefatos culturais, sites de organizações envolvidas com a temática e valorizam as boas práticas nesse sentido e que representam as diferentes culturas presentes no Brasil. Isso ajuda a criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e enriquecedor.

E, acima de qualquer coisa, adote um currículo flexível que permita a inclusão de temas e conteúdos relacionados à diversidade cultural de forma contínua e não apenas em datas específicas. Ainda que reconheçamos que, nas palavras de Fontenele & Cavalcante (2020):

O desafio das escolas é garantir espaços nos currículos e nas salas de aula para a inclusão positiva da História e Cultura de negros e indígenas. É importante que, para uma adequada aplicabilidade dessas determinações legais, as instituições educacionais repensem seu papel na formação de indivíduos preparados para viver e conviver em ambientes de diversidade, reconhecendo-se como atores importantes dos processos históricos, independentemente de sua condição étnica, econômica ou social. (Fontenele & Cavalcante, 2020, p. 3)

4 LETRAMENTO RACIAL, LUDICIDADE, ARTE E CULTURA NOS E DOS SABERES INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS

Através de uma análise crítica de práticas pedagógicas e culturais, explora-se como a ludicidade, a arte e a valorização dos conhecimentos tradicionais contribuem para a construção de um letramento racial que respeita a diversidade e combate o racismo estrutural. Essa observação constatou a necessidade de reconhecer o papel das práticas culturais indígenas e afro-brasileiras na formação de um espaço educativo mais inclusivo e representativo.

Destacamos que o letramento racial é um conceito que envolve a capacidade de compreender, questionar e transformar estruturas racistas que permeiam as relações sociais e educacionais. Esse pensamento e posicionamento frente as adversidades e diferenças são fundamentais para que as crianças e jovens reconheçam e confrontem as formas sutis e explícitas de racismo em sua vida cotidiana.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas que valorizam a ludicidade, a arte e os saberes tradicionais indígenas e afro-brasileiros assumem um papel imprescindível na promoção de uma educação transformadora. Logo, devemos labutar, cotidianamente, para que esses elementos adentrem o currículo escolar, tornando-se uma ferramenta poderosa de resistência e conscientização racial, formando cidadãos capazes de atuar criticamente no combate ao racismo.

Ainda sobre das premissas acerca do letramento racial, devemos considerar que essa parte da necessidade de desenvolver uma educação que permita a compreensão das dinâmicas de opressão e a valorização da diversidade racial e cultural, pois, segundo Freire (1987) "não é uma consciência ingênua, mas uma consciência crítica de sua situação e da necessidade de

transformá-la". Pensamento coadunado com o de hooks (2013). (Freire, 1987, p. 44).

Quando se pensa em letramento racial na infância, a ludicidade surge como um recurso fundamental. As brincadeiras e os jogos são maneiras pelas quais as crianças acessam o mundo à sua volta e desenvolvem uma compreensão das relações sociais. Desse modo, a ludicidade, além de ser um direito da criança, é uma linguagem universal capaz de mediar processos de aprendizagem complexos, como as questões de identidade e pertencimento. Ela possibilita que a criança experimente papéis, vivencie situações de maneira simbólica e, assim, elabore sua compreensão do mundo. Por meio dela, é possível integrar discussões sobre racismo e representatividade de maneira mais acessível e significativa para o público infantil, contribuindo para um letramento racial que se inicia desde cedo.

Concomitantemente, a arte de criar e recriar sempre se constituiu um meio poderoso de resistência e expressão das culturas indígenas e afro-brasileiras. No contexto educacional, essa arte se revela um veículo de valorização cultural e de contestação de estereótipos raciais. Afinal, a arte afro-brasileira e indígena é, antes de tudo, uma manifestação de identidade e resistência, que desafia os cânones eurocêntricos impostos pelo sistema educacional. Ela permite que as crianças e os jovens de diferentes etnias se reconheçam e se apropriem de suas histórias, tradições e lutas.

As expressões artísticas, seja na forma de música, dança, pintura ou escultura, são instrumentos através dos quais as histórias e os valores desses povos são preservados e transmitidos. Na educação, essas manifestações podem ser incorporadas ao currículo como parte de um projeto pedagógico que reconhece e valoriza a diversidade cultural. Afinal,

Quantos talentos musicais, atores/atrizes, poetas, escritores/escritoras, enfim, artistas estão escondidos nesse rincão brasileiro? Até quando se mostrará apenas a pele branca como a vitoriosa e suprema? Não seríamos todos seres humanos? Os negros e as negras podem e devem chegar onde quiserem, mas para isso é preciso que geremos oportunidades. Talentos possuem, faltam chances para se tornarem visíveis.

Desse modo, a literatura, a poesia, o cinema, as mídias etc., independente da sua adjetivação, são meios importantíssimos para a conquista definitiva do respeito de uma sociedade que, por não admitir ser preconceituosa, atrasa ainda mais o longo processo de igualdade de direitos. (PAZ, 2020, p. 104)

A integração dos saberes tradicionais indígenas e afro-brasileiros no ambiente escolar representa um passo fundamental para a construção de uma identidade plural e crítica, pois é preciso que resgatemos a memória e os valores culturais desses povos, que historicamente foram negados ou inferiorizados, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No contexto indígena, por exemplo, os rituais, mitos e narrativas orais são essenciais para a formação de uma compreensão de mundo baseada em valores de coletividade, respeito à natureza e ancestralidade. Esses saberes, quando trazidos para o ambiente escolar, proporcionam uma educação mais holística e conectada com a realidade de diferentes grupos étnicos.

Nessa mesma direção, para os afro-brasileiros, a herança cultural africana se expressa em diversas formas, como na capoeira, nos ritos de candomblé e nos elementos simbólicos presentes no dia a dia, destacando que a valorização desses saberes no ambiente escolar é uma maneira de ressignificar a identidade negra, combatendo o racismo e promovendo o orgulho de suas raízes.

Assim, a integração da ludicidade, por meio da socialização dos jogos e brincadeiras tradicionais afro-brasileiros e indígenas; das artes e expressões culturais: danças, cantos e rituais como práticas pedagógicas entre outros e do letramento racial constituímos competências para transformar a educação em uma ferramenta de resistência contra o racismo e de valorização da diversidade cultural. Ao reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais desses povos, a escola passa a desempenhar um papel fundamental na formação de uma consciência crítica e antirracista, capacitando crianças e jovens a se tornarem agentes de transformação social.

5 A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE (RE)PRODUÇÃO CULTURAL

A literatura infantil e juvenil ocupa um lugar privilegiado na construção das primeiras referências culturais das crianças. Ela tem o poder de representar diferentes identidades, ajudando a desmistificar estereótipos e a valorizar a diversidade étnica que, segundo Antônio Candido (2011), (a literatura) exerce um papel formador, oferecendo ao leitor a oportunidade de refletir sobre o mundo e suas relações sociais.

No contexto dos saberes afro-brasileiros e indígenas, a literatura pode ser uma ponte eficaz entre a educação formal e as tradições orais dessas culturas. A contação de histórias, prática comum em muitas culturas afro-brasileiras e indígenas, pode ser trazida para a sala de aula como uma ferramenta lúdica e pedagógica, promovendo o aprendizado de forma significativa. Ao integrar histórias, mitos e lendas dessas tradições, os educadores ampliam o repertório cultural dos estudantes e proporcionam uma educação mais inclusiva, uma vez que abordarão a importância da literatura como ferramenta pedagógica na (re)produção social e cultural de identidades afro-brasileiras e indígenas no contexto da educação básica. Através da análise de textos literários e suas potencialidades no ensino, buscando demonstrar como a literatura pode promover o reconhecimento, a valorização e a preservação dos saberes e tradições desses povos. Além de, ao introduzir tais narrativas, conduzirão seus discentes a refletirem sobre a diversidade cultural, contribuindo para uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a justiça social e a equidade.

Desse modo, ressaltamos que a literatura, enquanto prática cultural e educativa, desempenha uma função primordial na formação de subjetividades e na transmissão de valores. No Brasil, com sua rica diversidade étnica e cultural, a literatura pode ser uma ponte entre o reconhecimento das tradições e a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas no ambiente escolar. Em conformidade com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08, que instituem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, como antes dito, a inclusão de obras literárias que

representem essas vozes é fundamental. Afinal, parafraseando Candido (2011), a literatura é uma das formas privilegiadas de conhecer o outro, suas experiências, e seus modos de ver o mundo, ampliando, assim, o horizonte da percepção cultural.

Ainda nessa perspectiva, a literatura tem a capacidade de reproduzir, conservar e transformar valores sociais. Quando pensamos no contexto da educação básica, a introdução de obras que retratam o universo afro-brasileiro e indígena é uma maneira poderosa de produzir conhecimento e questionar os estereótipos raciais e culturais, uma vez que as identidades culturais são pontos de identificação e diferenciação com o outro, o que nos ajuda a entender quem somos e como somos percebidos.

Além disso, a literatura, ao trazer à tona histórias de luta, resistência e sabedoria, pode atuar como um espelho para os estudantes que se veem representados nas narrativas, considerando que a literatura afro-brasileira e indígena não apenas reflete as condições históricas e culturais desses povos, mas também funciona como uma forma de resistência à hegemonia cultural branca, que por muito tempo dominou o espaço literário e educacional brasileiro. Ela propõe uma (re)leitura do passado e do presente, oferecendo novas perspectivas e formas de compreender as dinâmicas sociais.

Ao promovermos o contato dos discentes com obras que trazem essas perspectivas, o docente não só contribui para o enriquecimento do repertório cultural, mas também para a construção de um espaço educativo onde as vozes historicamente marginalizadas podem ser ouvidas e valorizadas.

Nesse sentido, a presença de narrativas afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar, como vimos insistindo, vai além da simples inclusão de textos; ela envolve uma prática pedagógica que considera a importância da representatividade. Como aponta Lajolo (2001), "a literatura, ao se fazer presente na sala de aula, adquire um valor educativo que transcende o ensino das competências básicas de leitura e escrita, pois promove o desenvolvimento da empatia, da compreensão intercultural e do pensamento crítico".

Dentre os exemplos de autores afro-brasileiros que podem ser trabalhados em sala de aula, destacam-se as obras de Conceição Evaristo. A

escritora, com seu conceito de escrevivência, aborda a vida de mulheres negras a partir de suas próprias experiências, distantes dos estereótipos comumente reproduzidos pela mídia. Em suas palavras, "ela traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam", em entrevista concedida a Beatriz Herminio, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em 03 de outubro de 2022.

Nesse sentido, não estariamos versando apenas sobre a questão étnica em sala de aula, mas ainda sobre a questão de gênero, com especial ênfase a mulher preta e a sua escrita. Logo, um duplo reconhecimento da importância dessas no constructo social, cultural e literário. Além, obviamente de propiciar o confronto das narrativas dominantes e se reconectar com a realidade de muitas famílias negras no Brasil.

Por outro lado, as narrativas indígenas, ricas em oralidade e simbolismo, oferecem um caminho para que os alunos compreendam a diversidade cultural que permeia o Brasil. Segundo o pesquisador e o primeiro indígena eleito imortal da Academia Brasileira de Letras-ALB Ailton Krenak (2019), "os saberes indígenas não são apenas narrativas do passado, mas são essenciais para o presente e o futuro, pois ensinam a viver em harmonia com a natureza e com o outro" (Krenak, 2019, p. 27).

Krenak discute a necessidade de repensarmos nossa relação com a natureza e a importância da valorização e do reconhecimento da diversidade cultural e da sabedoria dos povos indígenas. Logo, ao trazermos mitos, contos e histórias tradicionais indígenas para a sala de aula, estamos não somente desconstruindo preconceitos, mas também oferecendo possibilidades de construirmos uma visão mais ampla, complexa e profunda da relação entre ser humano e ambiente.

Nessa perspectiva, reforçamos que a inclusão de obras literárias afro-brasileiras e indígenas no cotidiano da prática docente não é apenas uma questão de representatividade, mas também de formação de um letramento étnico-racial crítico. Como afirma Soares (2004), acerca do letramento: "o letramento crítico implica a capacidade de ler o mundo e suas contradições, permitindo que o sujeito se posicione de forma autônoma e crítica diante das

opressões sociais". Logo, a literatura se torna uma ferramenta para que os discentes possam refletir sobre as desigualdades raciais e sociais, questionando as estruturas que perpetuam a exclusão de grupos historicamente oprimidos.

Desse modo, ao trabalhar textos de autores como Milton Hatoum, que explora a identidade indígena amazônica, ou Carolina Maria de Jesus, que retrata as vivências das populações negras e marginalizadas, os discentes são incentivados a refletir sobre as relações de poder presentes em suas próprias vidas, reconhecendo que a literatura cumpre uma função emancipatória, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de transformar a realidade.

Acrescente-se, portanto, a esse cenário reflexivo, o conceito de "aprender a aprender", o qual está relacionado à capacidade de desenvolver autonomia e senso crítico no processo de aprendizagem. Ao expor os estudantes a diferentes perspectivas culturais, como as afro-brasileiras e indígenas, os educadores estimulam a construção de conhecimentos múltiplos e a reflexão sobre a própria identidade. Afinal, para Freire (1996), o aprendizado significativo ocorre quando há uma conexão entre o saber acadêmico e o saber de mundo. Nesse sentido, a introdução dos saberes afro-brasileiros e indígenas na sala de aula não apenas agrega conhecimento curricular pessoal, mas também contribui para o desenvolvimento de uma educação crítica, onde o estudante se vê como agente ativo em seu processo de aprendizagem.

Além disso, a literatura afro-brasileira e indígena pode estimular nas crianças o pensamento crítico e criativo, ampliando suas habilidades de leitura e interpretação. Como aponta Lajolo (2008), a leitura literária é um exercício de empatia, pois permite ao leitor acessar realidades diferentes das suas, desenvolvendo sua capacidade de compreender o outro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a integração desses conhecimentos e saberes e dessas obras literárias no currículo escolar não é apenas uma estratégia de ensino, mas uma forma de resistência e transformação social. Ao reconhecer e valorizar a riqueza

dos saberes afro-brasileiros e indígenas, a escola promove uma educação que acolhe a diversidade e constrói um futuro mais inclusivo.

A inserção desses saberes nos anos iniciais do ensino fundamental, especialmente através da cultura literária, é uma estratégia eficaz para promover uma educação mais inclusiva e plural. Ao explorar diferentes perspectivas históricas, tradições culturais e literárias, os educadores incentivam a formação de identidades múltiplas e o respeito à diversidade, ao mesmo tempo que fomentam a prática vital do “aprender a aprender”, continuamente.

A efetiva implementação desses saberes, obviamente, exigirá não apenas formação inicial e contínua dos docentes, mas também o envolvimento dessas Comunidades na elaboração de materiais didáticos e nas ações pedagógicas implementadas pela escola em diálogos mútuos e constantes que contemplem a diversidade étnica e cultural. Todavia, um desafio que se impõe é garantir que a sala de aula seja um espaço de construção de conhecimento democrático, onde todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas.

Nesse sentido, a ideia deste capítulo foi contribuir para a construção de uma reflexão para uma prática educativa mais inclusiva, crítica e engajada na valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas, reconhecendo que a literatura afro-brasileira e indígena, quando inserida no contexto da educação básica, possui um papel fundamental na (re)produção social e cultural, e que, ao promover a valorização das identidades desses povos, a escola contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e empáticos. Afinal, as narrativas literárias permitem que os estudantes compreendam a complexidade das relações sociais e culturais, ao mesmo tempo em que questionam as estruturas de poder que historicamente têm silenciado essas vozes.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-Fapeam pelo financiamento para a divulgação deste produto, considerando sua missão de fomentar a pesquisa científica básica e aplicada e o desenvolvimento tecnológico experimental, no Estado do Amazonas, nas áreas de Ciências Exatas e da Terra,

Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Humanas e Sociais, objetivando o aumento do estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sua aplicação, no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado e de conformidade com Resolução nº 002/2023 - POSGRAD 2023/2024, do Projeto: "Apoio a gestão de atividades do PPGECH no período 2023-2024".

Igualmente, à Universidade Federal do Amazonas-UFAM por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-PPGECH, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente-IEAA/UFAM, Campus de Humaitá-Amazonas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. I. A. **Identidades indígenas em perspectiva**: ressignificação, negociação e articulação entre espaços formativos. Curitiba: Appris, 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Lei 10.639/03**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL. **Lei 11.645/08**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, 2008.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 10. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2011.
- FONTENELE, Z. V. A história e cultura afro brasileira e indígena na escola. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos**: história e democracia, ISBN: 978-85-98711-18-8 , de 24 a 28 de julho. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488600908_ARQUIVO_A_HISTORIAECULTURAAAFROBRASILEIRAEINDIGENANAESCOLA.pdf. Acesso feito em 21 ago.2024.
- FONTENELE, Z. V.; CAVALCANTE, M. P. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, 46, e204249. (São Paulo, 2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046204249>. Acesso feito em 22 ago.2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HERMINIO, B. A escriturização carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. In: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 03/10/2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escriturizacao-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso feito em 12 set.2024.
- HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, A. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAJOLO, M. **A Leitura Rara**: Ensaio Sobre Leitura, Literatura e Escola. São Paulo: Ática, 2001.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2008.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

PAZ, J. F. Literatura e artes afro-brasileiras: reflexões sobre a produção cultural negra no Brasil e sua posição política. In: **Humanidades e Inovação**, v. 7 n. 13 (2020): Educação, Patrimônio e Paisagens Culturais, pp. 95-105. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3134>. Acesso feito em 23 ago.2024.

SILVA, P. B. G. Saberes afro-brasileiros e indígenas na educação: desafios e perspectivas. In: FERREIRA, L. C. **Educação e Diversidade**: desafios e reflexões. São Paulo: Cortez, 2020.

SOARES, M. **Letramento**: Um Tema em Três Gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.